

Manifesto

para uma maior democracia nas eleições europeias de 2024

A fim de tornar a Europa mais forte, mais unida e mais democrática, é necessária uma ação conjunta tendo em vista as eleições para o Parlamento Europeu de 2024. Aos 73 anos, nem as Comunidades nem a União Europeia (UE) deram origem à Federação Europeia, anunciada em 9 de maio de 1950 por Robert Schuman. Os europeus sofrem com a ausência desta Federação. Nem os Estados-nação nem a UE foram capazes de fazer face às crises financeira, monetária, migratória, sanitária e de segurança desde 2008. Os nossos ecossistemas estão em risco. A guerra grassa na Ucrânia, porque a Europa não é uma potência, dissuasiva sem ser agressiva. Pagamos por isso económica e politicamente. Temos de agir, urgentemente, para restabelecer a paz na Europa, para nos tornarmos novamente soberanos, autónomos, independentes e respeitados.

Um Estado europeu democrático e federal exige uma Constituição, não um Tratado. Isto é evidente desde 1787 e a Convenção de Filadélfia, porque um tratado é externo ao Estado e multilateral, enquanto uma Constituição é um ato de direito público interno, unilateral, que visa estabelecer os direitos fundamentais dos cidadãos, os princípios em que assenta a legitimidade do poder político e a arquitetura geral das instituições. Uma Constituição está no topo da hierarquia das normas estatais.

É por isso que *Avenir de l'Europe*, *Associazione Mazziniana Italiana*, *Citoyen d'Europe M3E* (*Europe, éthique, équité*), *Europe Unie dans sa Diversité*, *Europa-Union - Kreis Heilbronn*, *the Union of European Federalists (UEF) - Groupe Europe*, *UEF-Belgium*, *UEF Czechia*, *UEF-Luxembourg*, *la Société européenne de défense en Europe centrale et orientale (S€DCEE)* e na *Société européenne de défense AISBL (S€D)*, convidamo-lo a unir forças com a nossa para tornar este manifesto uma realidade. Propõe o que uma Europa federal deve fazer pelos cidadãos europeus, o financiamento das suas políticas, a governação federal e o método de tornar o Parlamento Europeu constituinte e legítimo.

O que faria uma Europa federal pelos cidadãos europeus?

Só uma Federação Europeia pode ser eficaz e eficiente em termos de segurança externa, incluindo a defesa, a segurança interna, o terrorismo, a saúde pública, as pandemias, a segurança do aprovisionamento energético, a proteção do ambiente e a gestão dos movimentos migratórios. Só ela pode desenvolver a cultura europeia e garantir a manutenção de uma economia social de mercado. Só ela pode assegurar o futuro das novas gerações, promovendo a inovação, apoiando a investigação científica e tecnológica, reindustrializando e dominando tecnologias emergentes, incluindo a inteligência artificial, a computação quântica, novas soluções energéticas e tecnologias verdes.

Como seriam financiadas estas políticas?

A Federação Europeia terá de dispor de recursos próprios, baseados numa fiscalidade inovadora e igualitária. As multinacionais, especialmente as do setor digital, não devem continuar a escapar aos impostos. Tal permitiria financiar as políticas acima referidas e, além disso, prosseguir uma política orçamental que apoie a política monetária prosseguida com êxito pelo Banco Central Europeu.

Como seria definida a governança federal?

Queremos um Estado europeu democrático, transparente, soberano, autónomo, independente, respeitado pelos seus aliados e outras potências. Nem a integração no seio da UE nem a cooperação no seio da NATO foram capazes de estabelecer um Estado europeu capaz de nos garantir a paz e a segurança. A história mostra que as confederações ou se transformam em federações ou se dissolvem. Para ter impacto no mundo, para enfrentar as ameaças e desafios atuais, a Europa ainda tem o caminho de uma federação. A Assembleia Constituinte escolhe o nome da federação e define as áreas de competência, de acordo com o princípio da subsidiariedade, para manter a soberania do povo e o equilíbrio entre a federação e os poderes nacionais e regionais.

Como se declararia o Parlamento Europeu constitutivo?

Para fundar um Estado europeu soberano e democrático, unido na diversidade, portanto federal, o método é conhecido desde 7 de setembro de 1787: na Filadélfia, os delegados dos estados americanos adotaram então a primeira constituição federal. Começa com as palavras "Nós, o povo". Separa os poderes legislativo, executivo e judicial. O poder legislativo é bicameral. A câmara baixa é eleita diretamente, com os cidadãos de cada estado representados proporcionalmente ao seu número. No Senado, os estados são iguais. A Europa pode inspirar-se nestes princípios, para nos manter em paz e segurança, para garantir os nossos direitos e liberdades fundamentais e para recuperar o lugar que lhe cabe na cena internacional em termos do seu poder económico e da civilização europeia!

Como poderia o Parlamento Europeu melhorar a sua legitimidade?

De preferência antes das eleições de 2024, o Parlamento Europeu deve adotar uma lei eleitoral que estabeleça, nomeadamente, a idade em que todos os cidadãos europeus adquirem o direito de voto, bem como o limiar eleitoral, o modo de votar e um critério que garanta uma representação suficientemente igualitária e democrática dos cidadãos.

